

Texto para responder às questões 1 a 10.

O PAPEL DA FÉ PARA O ÊXITO DA GLOBALIZAÇÃO

Em mundo interdependente, poder da religião pode tornar-se força de ruptura e de conflito

As pressões da globalização levam as pessoas a se unir, desconhecendo as fronteiras, pelo comércio, viagens, telecomunicações e a migração em massa. Quando em um mundo tão interdependente a fé religiosa tem o poder de afastar as pessoas, ela se torna uma força de ruptura e de conflito. Isso é péssimo para todos. Mas tal consequência será particularmente negativa para os que têm fé religiosa. Significará que a fé não é sinônimo de reconciliação, compaixão e justiça, mas de ódio e sectarismo.

Estou tão convencido da importância desta questão que resolvi dar um seminário na Universidade de Yale sobre o tema. Não decidi fazer isso como mero exercício intelectual, mas porque acredito que se trata de uma questão profundamente prática. Se não descobirmos um modo de conciliar fé e globalização, o mundo não só será um lugar perigoso, como a própria globalização terá muito menos possibilidades de sucesso na disseminação da prosperidade.

A fé e seus valores são muito importantes. Sua integração definirá de modo crucial as perspectivas de sucesso, de prosperidade e de coexistência pacífica da sociedade global em que vivemos. A alternativa é a tensão, o conflito e a violência. O que isso significa em termos práticos? Antigamente eu acreditava que a globalização era um processo que não contemplava valores. Eu pensava que numa era de globalização era preciso buscar a justiça por seu valor intrínseco, e não por motivos de eficiência. Agora mudei minha posição. A crise econômica mostra o porquê.

Esta crise foi criada em grande parte por um comportamento (pela irresponsabilidade) que preferiríamos não tivesse sido adotado. E prolongou-se pela falta de confiança. Valores como a fé nos outros ou a perspectiva a longo prazo, em lugar da maximização do lucro a curto prazo, são os elementos que criarão a confiança exigida para que a economia volte a se fortalecer. Em outras palavras, a confiança e a estabilidade que dela decorre não poderão ser restauradas apenas por recursos técnicos, mas pelo restabelecimento dos valores. Este é um dos casos que ilustram a ideia de que um mundo interdependente não pode funcionar sem os valores da confiança.

Em matéria de política externa, isso pode ser visto mais claramente. Os ataques de Mumbai representam uma ameaça à segurança. Evidentemente, em nossa reação à violência, precisamos estar preparados para dar uma resposta militar. Mas é também verdade que será a força das ideias e não a força das armas que permitirá que a globalização tenha êxito e não desmorone em meio aos conflitos.

Se pudéssemos criar um espaço em que pessoas de diferentes credos pudessem viver e trabalhar juntas e em paz, seria uma poderosa demonstração de que há

valores distintos dos que, durante décadas, criaram uma violência sem fim. Para derrotar as forças da exclusão e da divisão que levam ao terror devemos recorrer à educação como um dos principais componentes da política externa.

Portanto, tanto em política econômica quanto em política externa, é evidente que, se não nos pautarmos por valores sólidos, não poderemos tornar o mundo seguro para esta interdependência. A coexistência pacífica não poderá lançar raízes a não ser que existam fortes alianças não apenas entre nações, mas também entre os vários credos e os valores que temos em comum.

* Tony Blair foi primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1997 a 2007. Este artigo é uma adaptação de uma palestra feita por ele, na semana passada, na Universidade de Yale. *O Estado de São Paulo* – 2009

QUESTÃO 01

São opiniões expressas no texto, exceto:

- para que a globalização tenha êxito é necessário desenvolver valores;
- a educação é um meio para se desenvolver valores sólidos;
- a fé religiosa tem o poder de desestabilizar uma nação e interferir na globalização;
- a estabilidade econômica poderá ser restaurada através de recursos técnicos de confiança.

QUESTÃO 02

Quanto ao narrador textual, pode-se afirmar que:

- narrador em 1ª pessoa – narrador onisciente;
- narrador em 1ª pessoa – narrador personagem;
- narrador em 3ª pessoa – narrador observador;
- narrador em 3ª pessoa – narrador onisciente;

QUESTÃO 03

Quanto à tipologia textual, pode-se afirmar que é:

- um texto narrativo;
- um texto descritivo;
- uma carta;
- um texto opinativo;

QUESTÃO 04

Em “Estou tão convencido da importância desta questão”, a expressão sublinhada tem valor de elemento coesivo, uma vez que se refere a:

- “As pressões da globalização levam as pessoas a se unir”
- “ela se torna uma força de ruptura e de conflito”
- “o mundo não só será um lugar perigoso, como a própria globalização terá muito menos possibilidades de sucesso na disseminação da prosperidade”
- “Significará que a fé não é sinônimo de reconciliação, compaixão e justiça, mas de ódio e sectarismo”

QUESTÃO 05

Assinale a opção cuja oração expresse noção de consequência.

- a) "Quando em um mundo tão interdependente a fé religiosa tem o poder de afastar as pessoas"
- b) "tão ... que resolvi dar um seminário na Universidade de Yale sobre o tema"
- c) "Se não descobirmos um modo de conciliar fé e globalização"
- d) "E prolongou-se pela falta de confiança."

QUESTÃO 06

Observe os "as" sublinhados, eles possuem o mesmo valor semântico morfológico, exceto:

- a) "levam as pessoas a se unir"
- b) "a fé religiosa tem o poder"
- c) "e não a força das armas"
- d) "a confiança e a estabilidade"

QUESTÃO 07

Observe as frases abaixo.

I – "poder da religião *pode* tornar-se força de ruptura e de conflito"

II – "não *poderão* ser restauradas apenas por recursos técnicos"

III – "um mundo interdependente não *pode* funcionar sem os valores da confiança"

IV – "não *poderemos* tornar o mundo seguro para esta interdependência"

V – "não *poderá* lançar raízes"

Podemos afirmar que o verbo *poder* indica possibilidade em apenas:

- a) II e III.
- b) III e IV.
- c) I.
- d) V.

QUESTÃO 08

Ao substituir o verbo *existir* por *haver* em "a não ser que existam fortes alianças" e *haver* por *existir* em "de que há valores distintos", temos, respectivamente, as seguintes flexões:

- a) haja – existem.
- b) hajam – existe.
- c) haverá – existirão.
- d) havia – existiam.

As frases dos exercícios 9 e 10 são complemento do texto acima.

QUESTÃO 09

A fé não está em declínio. Poderá estar em declínio em alguns lugares, mas não no mundo todo. Em algumas partes está em ascensão.

O conectivo sublinhado pode ser substituído, sem alterar o valor semântico, por:

- a) portanto.
- b) logo.
- c) e.
- d) pois.

QUESTÃO 10

Mas, em uma era de globalização e de sociedades multiconfessionais, a criação do capital exige não apenas tolerância, mas também o respeito pelas pessoas de outras confissões. As palavras sublinhadas são formadas pelo mesmo processo de derivação, exceto:

- a) globalização.
- b) sociedades.
- c) criação.
- d) multiconfessionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- a) a nacionalidade brasileira e a idade mínima de trinta anos para Senador.
- b) a filiação partidária e a idade mínima de vinte e um anos para Governador.
- c) o domicílio eleitoral na circunscrição e a idade mínima de trinta anos para Deputado Federal.
- d) o alistamento eleitoral e a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Estadual e Prefeito.

QUESTÃO 12

Segundo a EC-59 de 2009, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 10 (dez) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- b) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.
- c) 14 (quatorze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
- d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.

QUESTÃO 13

O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, e observará os seguintes limites percentuais máximos correspondentes ao subsídio dos Deputados Estaduais:

- a) em Municípios de até dez mil habitantes, vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa que completa o enunciado: “É correto afirmar que a Câmara Municipal não gastará mais de..... por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores”.

- a) 40% (quarenta por cento).
- b) 50% (cinquenta por cento).
- c) 60% (sessenta por cento).
- d) 70% (setenta por cento).

QUESTÃO 15

Segundo dispõe o texto da Constituição Federal de 1988, é incorreto:

- a) É lícita a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- b) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- c) Atendidos os princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- d) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 16

Sobre as contribuições de melhoria é correto afirmar que

- a) tem por fato gerador a valorização de imóvel, em razão de obra pública, e será calculada pela parcela de seu custo, rateada entre os contribuintes beneficiados.
- b) tem como fato gerador a prestação de serviço público específico e divisível, listado em caráter exemplificativo na Lei Federal.
- c) pode ser instituída somente por Estados, Municípios e Distrito Federal.
- d) não permite questionamento administrativo pelo contribuinte, antes de seu lançamento.

QUESTÃO 17

A competência dos Municípios para instituir impostos, dá-se sobre:

- a) a propriedade predial e territorial urbana e rural.
- b) a serviços de qualquer natureza, inclusive o relacionado ao transporte intermunicipal.
- c) a transmissão “inter vivos”, por doação pura, da propriedade imóvel de bem localizado no âmbito dos limites do município.
- d) a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

QUESTÃO 18

São tributos federais.

- a) O imposto sobre a Propriedade territorial rural e o imposto sobre a propriedade territorial e predial urbana.
- b) Exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados (IE) e produtos industrializados (IPI).
- c) O imposto de renda e proventos de qualquer natureza e o imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- d) O imposto sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários e o imposto sobre transmissão *inter vivos* a qualquer título (ITBI).

QUESTÃO 19

Em conformidade com a atual jurisprudência em matéria tributária sumulada pelo C. Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar:

- a) É admissível, em embargos à execução, compensar os valores de imposto de renda retidos indevidamente na fonte com os valores restituídos apurados na declaração anual.
- b) A exceção de pré-executividade é inadmissível na execução fiscal, mesmo quando referente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- c) A Fazenda Pública não pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, mesmo quando se tratar de correção de erro material ou formal. Autorizada, contudo, a modificação do sujeito passivo da execução.
- d) O benefício da denúncia espontânea é admitido e se aplica inclusive aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

QUESTÃO 20

A natureza jurídica do lançamento:

- a) é considerada ato constitutivo apenas;
- b) é considerada ato generoso para o contribuinte;
- c) é considerada ato de efeito retroativo;
- d) é considerada ato declaratório.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21

Não é dispensável a licitação:

- a) mesmo quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- b) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- c) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- d) na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas

formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

QUESTÃO 22

A modalidade de licitação que se realiza entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação é:

- a) A concorrência.
- b) A tomada de preços.
- c) O convite.
- d) O leilão.

QUESTÃO 23

Sobre licitações não é correto afirmar que:

- a) Nos casos em que couber tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência e o leilão.
- b) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- d) Tratando-se de licitação na modalidade 'concurso', o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta: A despesa com pessoal ativo e inativo dos Municípios não poderá exceder os percentuais de:

- a) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.
- b) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- c) 40% (quarenta por cento) da receita corrente líquida.
- d) 30% (trinta por cento) da receita corrente líquida.

QUESTÃO 25

"Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada". A definição se refere à:

- a) Empresa Pública.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) Autarquia
- d) Fundação Pública.

QUESTÃO 26

Sobre o mandado de segurança é incorreto afirmar que:

- a) É incabível contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- c) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- d) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta:

- a) A menoridade cessará pela emancipação promovida pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Admite-se seja declarada a morte presumida, desde que precedida por regular decretação judicial de ausência
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

QUESTÃO 28

Sobre os Bens Públicos é correto afirmar que:

- a) Os bens públicos de uso comum do povo e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- b) Os bens públicos de uso especial podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- c) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- d) O uso comum dos bens públicos não pode ser gratuito.

QUESTÃO 29

Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, reproduz hipótese de aquisição de propriedade por acessão na modalidade:

- a) Avulsão
- b) Aluvião
- c) Abandono de álveo
- d) Formação de ilhas

QUESTÃO 30

Em regra, sobre os contratos de compra e venda é incorreto afirmar que,

- a) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- b) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
- c) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- d) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.

QUESTÃO 31

A pretensão de reparação civil prescreve em:

- a) 3 (três) anos.
- b) 5 (cinco) anos.
- c) 10 (dez) anos.
- d) 20 (vinte) anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 32

Não é causa de extinção do processo sem resolução de mérito, quando:

- a) o juiz indefere a petição inicial
- b) o juiz acolhe a alegação de perempção.
- c) não concorrer qualquer das condições da ação.
- d) o juiz pronunciar a prescrição.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa incorreta:

Segundo a Jurisprudência sumulada do C. STJ,

- a) o prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.
- b) nas decisões por maioria, em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes.
- c) o reconhecimento da fraude à execução independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.
- d) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem efeito meramente devolutivo.

QUESTÃO 34

Considera-se inepta a petição inicial quando

- a) o pedido for juridicamente impossível.
- b) a parte for ilegítima.
- c) o autor carecer de interesse processual.
- d) o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa.

QUESTÃO 35

Haverá impedimento, sendo defeso ao Juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

- a) em que for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- b) em que for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- c) em que for parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.
- d) quando alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta.

- a) A hora do trabalho noturno será computada como de 45 (quarenta e cinco minutos).
- b) Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 21 (vinte e uma) horas de um dia e as 6 (seis) horas do dia seguinte.
- c) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.
- d) O trabalho noturno sempre terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

QUESTÃO 37

Constitui causa para suspensão do contrato de trabalho:

- a) afastamento do trabalhador por motivo de doença ou acidente do trabalho até 15 dias.
- b) participação pacífica do trabalhador em greve.
- c) interrupção dos serviços na empresa, resultante de causas acidentais ou de força maior.
- d) afastamento por um dia, em cada 12 meses trabalhados, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

QUESTÃO 38

Em conformidade com o Regime Jurídico dos Servidores Civis da União, é correto afirmar que:

- a) É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- b) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- c) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, e ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- d) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei n.º 9.605/98, as pessoas jurídicas

- a) serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos de infração cometida por decisão de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade.
- b) serão responsabilizadas civil e penalmente, nos casos de infração cometida no interesse ou benefício de sua entidade.
- c) só serão responsabilizadas administrativamente, diante da impossibilidade do bis in idem.
- d) deverão ter sempre desconsiderada a sua personalidade jurídica.

QUESTÃO 40

Em conformidade com o disposto na Constituição Federal de 1988, capítulo VI, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, são

- a) disponíveis apenas para fins de produção de alimento.
- b) indisponíveis.
- c) doadas para universidades federais.
- d) doadas para prefeituras do local onde estão inseridas.